

Que a volta ao realismo seja geral e irrestrita

A rápida visita do ministro Mafíson da Nóbrega a São Paulo, na semana passada, foi extremamente proveitosa. O desejo do novo titular da Fazenda de iniciar sua gestão estreitando o contato com as entidades representativas do empresariado paulista só pode ser digno dos maiores elogios, na medida em que significa uma abertura ao diálogo construtivo com os representantes do setor privado. O ministro mostrou-se disposto a ouvir e a evitar o perigoso isolamento dos gabinetes de Brasília.

Em todos os encontros que manteve na Fiesp, Febraban, Federação do Comércio e Associação Comercial, o sr. Mafíson da Nóbrega só fez confirmar a impressão geral de que o bom senso, finalmente, está de volta à administração dos problemas econômicos, que agora ao menos se quer livre das ingerências indevidas dos políticos xixtas do PMDB. As lideranças empresariais saudaram a decisão governamental de fazer um acordo com o FMI e de prosseguir nos entendimentos com os credores externos em clima de cooperação. Igualmente bem recebida foi a atitude do ministro favorável ao ingresso de capitais estrangeiros de risco em nossa economia, que já não tem mais condição de aumentar seu endividamento externo como no passado. Enfim, foi um começo altamente positivo para o ministro da Fazenda. Fazemos votos de que, se confirmar suas qualidades, dure no cargo bem mais do que os seus antecessores...

No entanto, sentimo-nos no dever de alertá-lo para a necessidade de um enfoque também realista para o gravíssimo problema do déficit público, que hoje, segundo cálculos do economista Antônio Carlos Lemgruber, ex-presidente do Banco Central, deve ser o maior do mundo, aproximando-se dos 25% do PIB. Sob pena de continuarmos indefinidamente dando voltas no círculo vicioso em que temos estado presos enquanto o resto do mundo se distancia em direção ao futuro, é absolutamente essencial aplicar no front interno o mesmo bom senso anunciado no que se refere ao front externo.

Essa opinião — como constatou o ministro — não é apenas nossa, pois nas conversas que manteve em São Paulo foi surpreendido pela unanimidade de seus interlocutores que — ao abordarem o problema da inflação — reivindicam providências no sentido da racionalização das finanças públicas suficientemente profundas para pôr um fim à ciranda do déficit público que nos martiriza. A todos o ministro respondeu dizendo ter havido considerável progresso no controle dos gastos, não só porque hoje existe um orçamento unificado, mas pelo fato de que a Secretaria do Tesouro conta agora com um grande banco de dados informatizado que lhe permite tomar conhecimento imediato dos dispêndios dos órgãos da administração direta, autarquias, empresas estatais e até dos governos estaduais e municipais por meio de moderna rede de computadores e terminais. Já existem, portanto, meios modernos, rápidos e eficientes de controlar a gastança. Só faltava mesmo o governo querer.

No ano passado, apesar de todo esse arsenal de equipamentos, o governo não pôde (isto é, não quis) colocar suas contas em ordem. A meta do déficit operacional (conceito adotado pelo governo brasileiro com a óbvia intenção de confundir, já que, conforme lembrou Lemgruber na entrevista que publicamos sexta-feira, o conceito aceito em todo o mundo é o de déficit nominal que inclui também o serviço das dívidas externa e interna — que efetivamente pesam na fabricação da inflação — o que leva o montante do déficit público brasileiro a algo entre 20 e 25% do PIB), a meta do déficit operacional, dizíamos, que era de 3,5% do PIB, ficou no papel e as autoridades permitiram um déficit operacional de 5,4% do PIB, se aceitarmos todos os outros expedientes

utilizados para confundir mesmo este número. Na semana passada, por exemplo, o governo informou que a execução financeira do Tesouro apresentou o saldo negativo de 189,7 bilhões de cruzados, mas o próprio coordenador de programação financeira, Pedro Parente, revelou que o desempenho do Tesouro "foi beneficiado" pela transferência de 190 bilhões de cruzados (mais de 13% das despesas totais) de débitos vencidos em 1987 para este ano. O saldo negativo real da execução financeira do Tesouro em 87 foi, portanto, de pelo menos o dobro da que foi anunciada...

Entre todas as despesas, a mais pesada foi a referente ao pagamento de salários e encargos sociais que somaram 393,8 bilhões de cruzados e representaram nada menos que 27,2% das liberações de recursos adicionais no ano passado, com um acréscimo real de 19%. Um corte substancial nesses gastos faz-se necessário sobretudo pelo aspecto moral, de simples justiça. Este fantástico aumento com o funcionalismo deu-se no ano das denúncias sobre os marajás que continuam exibindo, impunes, sua arrogância a uma população sacrificada, e o que é mais grave, no ano em que a receita do Tesouro estava sendo fortemente prejudicada pelo mau desempenho da economia em 1987. A receita total, no valor de 1,2 trilhão, apresentou no período uma queda real de 4% em relação ao ano anterior. A Receita Federal informou ainda que entre 450 e 500 mil pessoas num universo de contribuintes que ultrapassa de pouco os 5,5 milhões (82% dos quais recebem entre dois e 15 salários mínimos) deixarão de integrar esta reduzida lista de contribuintes na declaração de 1988 porque ganharam menos em 87, em razão da violenta queda dos salários reais. Isto nos dá um quadro chocantemente realista da pobreza brasileira e da situação dos assalariados (menos os que recebem do governo) e confirma que a via fiscal de redução do déficit está virtualmente esgotada.

Mas levando-se em conta a tremenda realidade que o economista Antônio Carlos Lemgruber nos recorda — a de um déficit nominal de entre 20 e 25% do PIB — fica muito claro que apenas um corte nos desperdícios com salários e nas despesas de custeio do governo — sem dúvida necessário sobretudo como forma de dar uma satisfação a uma população da qual se exigem tremendos sacrifícios e de o governo recobrar um pouco de credibilidade — não será suficiente para que escapemos ao círculo vicioso a que temos estado presos. Dado o tamanho do rombo nominal ou real, a única forma de o governo atacar verdadeiramente o problema do déficit crônico e da inflação é partir decididamente para a venda de seu ativo, ou seja, para a privatização de suas empresas. Não é outra senão esta, aliás, a lição que estão oferecendo ao mundo, nas últimas décadas, as economias da Europa Ocidental que, depois que partiram para programas decididos de privatização, entraram num ciclo de expansão e desenvolvimento nunca antes experimentado. As alternativas que se apresentam, portanto, são as que Lemgruber menciona: "Ou o governo implanta um programa de privatização coerente ou então dá o calote nos possuidores de títulos públicos, o que concorreria de forma dramática para desestruturar a economia do País".

É este, portanto, o grande desafio do ministro Mafíson da Nóbrega: se não conseguir controlar o déficit, não terá condições de executar uma política monetária austera e antiinflacionária. E com a inflação já no patamar superior aos 400%, não há governo que se segure. Esgotados os artifícios dos choques, esgotado o artifício fiscal, restará ao governo ou a saída suicida de dar o calote interno ou a decisão de encarar, finalmente, o problema de frente. Não é uma tarefa fácil, mas é uma tarefa da qual já não há mais como fugir. A obrigação patriótica do ministro, que não pode agir por conta própria, é começar a "fazer a cabeça" da opinião pública para a realidade que está a nossa frente. Se ele resolver enfrentá-la, pode estar seguro de que terá toda a sociedade ao seu lado.

Senão, acabará realizando os sonhos albaneses daqueles setores mais arcaicos da nossa política...